

## Nação, Estado e cidadania no Brasil oitocentista

*Diogo da Silva Roiz<sup>1</sup>*

CARVALHO, J. M.; NEVES, L. M. B. P. (Org.). **Repensando o Brasil do Oitocentos: cidadania, política e liberdade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009, 597p.

Dado que as discussões políticas e as tomadas de posição dos movimentos sociais no país, nestas últimas décadas, têm contribuído para o processo de consolidação da cidadania plena em suas práticas políticas, civis e sociais, juntamente com a democracia e as políticas afirmativas, torna-se ainda mais pertinente reconstituir sua história, discursos e esquecimentos, lutas e negociações, movimentos e organizações partidárias, em especial, a partir do momento em que se plasmou a constituição do Estado e da Nação brasileiras nos Oitocentos. Em vista disso, devemos saldar, de imediato, a iniciativa dos organizadores, tanto quanto dos autores, dessa sugestiva coletânea de ensaios, que faz parte das iniciativas dos grupos e núcleos de pesquisa reunidos em torno do projeto coletivo, *Nação e cidadania no Império: novos horizontes*, que já tornou pública parte de suas investigações, em livro coletivo de mesmo título publicado em 2007. Além de fazer parte dessa proposta, a temática discutida deve ser pensada também como uma continuidade das discussões, que tiveram início nos anos de

---

1 Doutorando em História pela UFPR, bolsista do CNPq. Mestre em História pelo programa de pós-graduação da UNESP, Campus de Franca. Professor do departamento de História da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS), Campus de Amambai. E-mail: diogosr@yahoo.com.br.

1970, quando o coordenador do projeto, José Murilo de Carvalho, começava suas pesquisas nesse campo, cujo desenvolvimento se seguiu em: *A construção da ordem/Teatro de sombras* (2003, originalmente sua tese de doutorado); *Os bestializados* (1987); *A formação das almas* (1990) e *Cidadania no Brasil – o longo caminho* (2001).

O livro em pauta reuniu 23 ensaios distribuídos em cinco partes temáticas. Na primeira, '*Cidadania, ideias e espaço público*', encontram-se os trabalhos de José Murilo de Carvalho, Alexandre Mansur Barata, Ivan de Andrade Vellasco, Marcos Luiz Bretas, e de Martha Campos Abreu e Andrea Barbosa Marzano. Na segunda, '*Cidadania, política e impressos*', estão outros sete textos, de Lucia Maria Paschoal Guimarães, Lúcia Maria Bastos Pereira das Neves, Gladys Sabina Ribeiro, Cecília Helena de Salles Oliveira, Manoel Luiz Lima Salgado Guimarães, Silvana Mota Barbosa, e o de Tania Maria Tavares Bessone da Cruz Ferreira. Na terceira, '*Cidadania, liberdade e escravidão*', outros quatro, de Hebe Mattos, Adriana Pereira Campos, Keila Grinberg, e o de Ricardo Salles e Magno Fonseca Borges. Na quarta, '*Cidadania, nação e política*', mais quatro, de Annick Lampèriere, Carmen Mc Evoy, Carlos Gabriel Guimarães, e Álvaro Pereira do Nascimento. Na quinta e última parte, '*Comentando os textos*', reuniu-se os comentários de Regina Horta Duarte, Sandra Jatahy Pesavento e de Elias José Palti, sobre o conjunto dos textos.

Os ensaios aqui reunidos vislumbram processos políticos, sociais e culturais, que estiveram cerceando, senão todas, por certo a grande maioria das ocasiões e circunstâncias que possibilitaram o surgimento do Estado e, depois, da Nação brasileira no Oitocentos; num processo bastante peculiar, em relação ao Norte das Américas, ou mesmo em relação a América Latina, visto que enquanto em tais locais se processaram a formação de Repúblicas, e no caso da América Latina, num processo concomitante de fragmentação do território então colonizado; no caso do Brasil, isso se deu por meio de intensos mecanismos de manutenção do poder, conformando-se num conjunto de estratégias que se seguiram a formação do Império no país. Nesse aspecto, os ensaios se

propõem estudar o campo das ideias que contribuíram diretamente para a formação do espaço público, dando ênfase à produção, circulação, inserção e debates que os impressos criados, ou já em circulação na época, geraram, além de pontuarem as discussões sobre liberdade e escravidão, e nação e política. Uma vez que não é “mais [...] possível entender [...] conceitos políticos [como nação e cidadania] exclusivamente circunscritos ao âmbito do Estado e suas instituições, ou à legislação e às formas tradicionais de se conceber a participação e a cidadania” (2009, p. 12), tornava-se fundamental ir adiante e inserir os debates no próprio âmago da sociedade; isto é, onde a função do espaço público, cerceado pelos periódicos, além de inscreverem as demandas sociais e as opiniões e andamentos dos debates, também propunham quais os temas que eram tratados, suas polêmicas e seu desenrolar ao longo do processo. Nesse sentido, os textos trazem contribuições pertinentes e interessantes, por darem ensejo a (re)discussões sobre os caminhos e descaminhos que inauguraram o processo de formação e consolidação do Estado e da Nação no Brasil.

Se perpassar adequadamente por todos os estudos ultrapassa o restrito espaço que compõem uma resenha, não há como deixar de efetuar, mesmo que muito sucintamente, alguns poucos comentários. Como chamar atenção para a instigante proposta de José Murilo de Carvalho, ao evidenciar o radicalismo e o republicanismo dos anos 1850 e 1860 no Império do Brasil, cuja crise interna de suas instituições se agravaria ainda mais com o desenrolar desses debates. Numa outra extremidade dos debates do período, irá caminhar o ensaio de Lucia Maria Bastos Pereira das Neves, propondo-se analisar quais os usos antigos e modernos que se deram ao conceito de Constituição no Império do Brasil entre 1821 e 1860, em que:

[...] podemos verificar que a história do conceito de constituição no Império do Brasil, considerada em sua média duração entre 1821 e 1850/60, evidencia inúmeras ambiguidades, em decorrência do peso das concepções antigas e modernas. De um lado, a vertente de um constitucionalismo histórico e de um espírito

moderado mostrava a tensão entre as práticas do liberalismo e da democracia. De outro, a permanência de uma atitude profundamente influenciada pela religião indicava que a constituição ainda continuava a ser o código sagrado da nação, ocorrendo justamente a falta de 'ruptura com um modo de estruturação religiosa'. Talvez, nessa perspectiva, encontre-se uma explicação plausível para a dificuldade demonstrada, muitas vezes, por brasileiros de lidar com a democracia, esse 'poder dos homens', segundo Gauchet, que toma 'o lugar da ordem definida pelos deuses ou desejada por Deus' (Idem, p. 200).

Nesse aspecto, é muito interessante a proposta de Tania Maria Tavares Bessone da Cruz Ferreira em verificar as origens da resenha no Brasil, por meio da experiência de *O Patriota*. Sabendo-se que os "periódicos das primeiras décadas do século XIX no Brasil guardavam semelhanças com os folhetos e panfletos, e alguns podem ser considerados revistas, bem longe, no entanto, dos modelos gráficos e dos formatos dos jornais da atualidade" (Idem, p. 327), destrinchar os caminhos que possibilitaram a formação do espaço de discussões operadas pelas resenhas e a constituição de seus leitores, indicaria, entre outras coisas, como *O Patriota* foi "um jornal precursor sob muitos aspectos, inclusive quanto à implantação de uma tradição que foram as resenhas, mais tarde de cunho polêmico e instigante, origem de muitos debates ao longo do século XIX" (Idem, p. 343), tais como: os sobre republicanismo, monarquia e democracia na América do Norte, quanto na Europa (e, especialmente, na França); "às discussões sobre liberdade de imprensa e aos riscos de se deixar publicar sem controle" (Idem, p. 342).

Ao mesmo tempo, convém salientar, que seguindo em caminho semelhante, quer dizer, o de pinçar os temas e contornos dos principais debates do período, concentrar-se-ia o texto de Hebe Mattos, ao perscrutar as reviravoltas dos diálogos sobre racialização e cidadania no Império do Brasil. Em que, para ela:

O Conselheiro Rebouças foi um homem formado na primeira metade do século XIX, quando – apesar de todo o conjunto de rebeliões e

levantantes populares e de escravos que marcou o período – a questão da abolição definitiva da escravidão não esteve politicamente colocada. Exatamente por causa disso, sua trajetória nos permite iluminar como as lutas contra a escravidão e contra a discriminação racial se imbricaram, mas não se confundiram, no Brasil monárquico, com profundas implicações para as formas como as identidades raciais se construíram historicamente neste país (Idem, p. 384).

Mas, como a autora nos informa, tal discussão se processou num momento em que a escravidão fazia parte dos diálogos de norte a sul das Américas, sendo o sul dos Estados Unidos e o Império do Brasil locais paradigmáticos dessa questão na primeira metade do século XIX; onde cidadania, racialização e discriminação se mesclavam aos processos jurídicos de estabelecimento de normas, inclusive, constitucionais.

Ao sondar como se forma um herói, por meio da propagação das memórias de João Cândido Felisberto e de Marcílio Dias, Álvaro Pereira do Nascimento visou “investigar não só as histórias desses homens, mas, principalmente, a perpetuação de suas memórias e a razão de determinados silêncios e esquecimentos” (Idem, p. 533), o que lhe deu ensejo para pensar a marinha, a estrutura organizacional da instituição, e as leituras que então foram feitas sobre cor, etnia, escravidão e racismo. Ao contrário de Matos, que se deteve mais na questão institucional de como a cidadania se formou mediada pelo moderno conceito de *raça*, Nascimento enveredou pelas memórias produzidas no período, e reproduzidas ao longo do tempo, para inquirir quais as estratégias que se formaram para contrapor a estrutura institucional excludente aos de cor, que foi estabelecida nestas terras, sendo mantidas no período imperial, mesmo entre as normas legais.

Dito isto, convém ainda salientar, que ao se deterem em dois momentos críticos do “Brasil oitocentista: a revolução da Independência e a crise do Império” (Idem, p. 584), como indica Elias José Palti, nos comentários ao conjunto dos textos, em que revela que apesar da articulação entre eles, não há como deixar de lado a

grande peculiaridade com que cada um tratou da temática; outro ponto em comum entre os textos, conforme demonstrará Regina Horta Duarte foi a de explorarem:

[...] a riqueza dessas identidades conflituosas [...] como um elemento de fascínio para os que se dedicam ao estudo do século XIX. Para os homens daquele tempo, aquela era uma sociedade a ser erigida a partir das suas definições de nacionalidade, de cidadania, de liberdade e de justiça, o que permanece como um desafio estimulante. Vivemos também num território de fronteira entre a sociedade que somos e a que desejamos construir. [...] Sem atribuir à história o papel de mestra da vida – como o fizeram, aliás, vários intelectuais brasileiros do XIX – não podemos deixar de ressaltar que, embora ela não sirva às certezas fáceis, tampouco endossa o niilismo que tantas vezes nos paralisa. Afinal, o estudo da história pode despertar a promissora suspeita do papel de protagonistas que podemos assumir em nosso próprio tempo (Idem, p. 569).

Por essas e outras razões (aqui não discutidas), a coletânea de ensaios aqui reunida, compõem-se como um instigante mosaico sobre o Brasil dos Oitocentos, fornecendo-nos questionamentos e respostas que os indivíduos do período deram aos dilemas da cidadania, as tensões da política, as sombras da escravidão e aos sonhos da liberdade. Mesmo que não tenhamos nos debruçado em todos os caminhos (e descaminhos) que os textos nos oferecem, a síntese proposta já demonstra o quanto promissor é o conjunto. Nesse sentido, esta coletânea, ao lado da anterior *Nação e cidadania no Império* (2007), é um convite para pensarmos novos horizontes para os debates e as práticas da cidadania, da política e da liberdade, feitos no passado quanto a se fazer no presente e no futuro; ao mesmo tempo nos possibilitando defrontar como as normas que regulamentaram a sociabilidade dos indivíduos em sociedade supõem prescrever um caminho evolutivo linear; os debates populares, os movimentos de contestação, os não-ditos, os silenciamentos do passado e do presente nos revelam os caminhos tortuosos, as contradições do processo histórico, as reviravoltas das discussões, as estratégias de exclusão social (com respeito a negros e índios), cujo movimento é muito mais cíclico, do que

linear, demonstra-nos de modo muito mais promissor os caminhos e os descaminhos de nossa história, e que mediou a formação do Estado e da Nação entre nós. Evidentemente, os diálogos que se travaram desde o século XIX sobre essas questões não foram simples, como os textos em pauta nos indicam, inclusive, pela pluralidade das interpretações propostas a respeito da formação da cidadania, dos debates políticos e sociais, sobre a escravidão e as visões da liberdade. Por certo, não nos foi possível neste espaço sugerir todos os caminhos e as contradições dos processos, aliás, contradições mesmo entre os textos; mas acreditamos poder, ao menos, sugerir algumas situações, parte dos debates e aguçar a atenção dos leitores e das leitoras para adentrarem nesta obra coletiva, que nos informa quais os movimentos da cidadania, da política e da liberdade no Brasil, particularmente, no século XIX, quando aquelas questões foram centrais para o estabelecimento do Estado e da Nação no país.

Primeira versão recebida em 17/02/2011

Versão final recebida em 16/12/2011

## Referência

CARVALHO, J. M. (org.). *Nação e cidadania no Império: novos horizontes*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.